

Termo de Referência 40/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
40/2025	370003-COORD. GERAL, DE LIC. CONT. E DOC/DGI /SE/CGU	ROGER RODRIGUES FELIX	17/06/2025 11:33 (v 9.1)
Status	PUBLICADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia/Serviços comuns de engenharia	65/2025	00190.110693/2024-33

1. Condições gerais da contratação

TERMO DE REFERÊNCIA

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA – CONTRATAÇÃO DIRETA

Controladoria-Geral da União (CGU)
(Processo Administrativo nº 00190.110693/2024-33)

1.1.Contratação de empresa especializada para, Fornecimento e Instalação de Sistema de Detecção e Alarme de Incêndio, incluindo todos os dispositivos e infraestrutura necessária, para proteção contra incêndio dos arquivos técnicos da CGU, localizados na Imprensa Nacional, St. de Industrias Gráficas, Brasília - DF, 70610-460, incluindo garantia completa de 12 (doze) meses, para prevenir a ocorrência de danos e/ou defeitos dos equipamentos, conservando-os em perfeito estado de uso, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas, de maneira a prevenir riscos ao patrimônio e sobretudo humano, conforme tabela abaixo:

ITEM	SUBITEM	ESPECIFIC.	CATSER / CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1.1	SDAI	14826	CJ	1	R\$ 10.593,09	R\$ 10.593,09
	1.2	Infraestrutura SDAI		CJ	1	R\$ 20.857,32	R\$ 20.857,32
	1.3	Projeto Executivo		CJ	1	R\$ 7.089,08	R\$ 7.089,08
	1.4	Sinalização		CJ	1	R\$ 2.733,37	R\$ 2.733,37

1.5	Extintores	CJ	1	5.356,51	R\$ 5.356,51
1.6	Iluminação de Emergência	CJ	1	8.634,55	8.634,55
				Total Geral	R\$ 55.263,92

1.2. Os bens/serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns de engenharia, enquadrado como **não continuado**, nos termos da **Lei 14.133/2021**, especificamente no **artigo 6º, inciso XXI**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, improrrogável, contados a partir da assinatura do Termo de Ciência e Concordância ao Instrumento Substitutivo ao Instrumento substitutivo ao contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5 O prazo de vigência da garantia “on site”, é de **12 (doze) meses**, a contar do Recebimento Definitivo do objeto, de acordo com as prescrições deste Termo.

1.6. Considerando as limitações operacionais do Sistema de Dispensa Eletrônica (SDE) do Comprasnet 4.0, que não permite o agrupamento formal de itens em lotes com disputa unificada, opta-se, por razões de viabilidade técnica e administrativa, pelo registro da presente contratação como **um único item**, correspondente à totalidade dos serviços descritos no **item 1.1 deste Termo de Referência**.

1.7. A consolidação dos seguintes itens em um único registro visa garantir a execução integrada e coordenada do objeto, que compreende:

- i. SDAI – Sistema de Detecção e Alarme de Incêndio (CATSER 14826)
- ii. Infraestrutura para SDAI (CATSER 14826);
- iii. Projeto Executivo (CATSER 264);
- iv. Sinalização (CATSER 17418);
- v. Extintores (CATSER 3662); e
- vi. Iluminação de Emergência (CATSER 1538).

1.8. A adoção dessa medida é **tecnicamente justificada** pelos seguintes motivos:

- i. Interdependência funcional entre os itens, que compõem uma solução única e integrada de proteção contra incêndio, conforme descrito no item 3 do TR.
- ii. Unicidade do escopo: a execução parcial comprometeria a eficácia do sistema como um todo, especialmente no que se refere à segurança patrimonial e de pessoas.
- iii. Racionalização do processo de contratação, evitando fragmentação indevida e garantindo maior eficiência na gestão contratual.
- iv. CATSER predominante: será utilizado o CATSER 14826, correspondente ao item de maior valor e relevância técnica (SDAI e infraestrutura), conforme previsto no TR.

1.9. Além disso, a medida encontra **amparo no item 10.1 do Estudo Técnico Preliminar (ETP nº 12 /2025)**, que expressamente dispõe:

“10.1. Tendo em vista que a presente contratação envolve o fornecimento e instalação de um Sistema de Detecção e Alarme de Incêndio (SDAI), incluindo infraestrutura, projeto executivo, sinalização, extintores e iluminação de emergência, optou-se por não parcelar o objeto, configurando a contratação em um único lote. Essa decisão é fundamentada em razões técnicas, operacionais e de eficiência.”

1.10. Dessa forma, o **único item registrado no sistema** abrangerá todos os componentes descritos no TR, e as **propostas apresentadas deverão contemplar obrigatoriamente todos os 6 subitens**, sob pena de desclassificação por não atendimento integral ao objeto.

2. Fundamentação e descrição da necessidade

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares – ETP nº 12/2025, apêndice deste Termo de Referência.

2.2 Atualmente os espaços destinados a abrigar os arquivos técnicos da CGDOC, localizados na Imprensa Nacional, não possuem sistema de prevenção e combate a incêndio completo. Para atender à necessidade identificada – garantir a segurança contra incêndio nos arquivos técnicos da CGU localizados na Imprensa Nacional, em Brasília - DF, mediante a implementação de um sistema de proteção contra incêndio (SPCI) que inclua detecção, alarme, sinalização, combate inicial e evacuação segura. Dentre as opções de mercado, optou-se pela contratação única de todos os itens, com base em critérios como custo, prazo de execução, complexidade operacional, conformidade técnica com normas de segurança (ex.: ABNT NBR 17240, NBR 13434, NBR 10898) e critérios de sustentabilidade, alinhados à Instrução Normativa nº 01/2010-SLTI/MPOG e ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis 2024 conforme ETP nº 12/2025. Prevista no Plano de Contratações Anual 2025:

2.2.1. **ID PCA:** 26664015000148-0-000002/2025

2.2.2. **Publicação:** 18/09/2024;

2.2.3. **ID do item no PCA:** 353/2024;

2.2.4. **Classe/Grupo:** 6350 - SISTEMAS DIVERSOS DE SINALIZAÇÃO, ALARME E DETECÇÃO PARA SEGURANÇA.

2.4.5. **Identificador da Futura Contratação:** 370003-65/2025

3. Descrição da solução como um todo

3.1. No espaço novo: somente rede de hidrantes e rede de chuveiros automáticos desativada.

3.2. Necessidade: SDAI, sinalização, iluminação de emergência e extintores.

3.3. Espaço atual: extintores do tipo ABC, rede de hidrantes e rede de chuveiros automáticos desativada.

3.4. Necessidade: SDAI e complementação de extintores.

3.5. O sistema de proteção contra incêndio (SPCI) foi projetado para detectar e responder rapidamente a qualquer incidência de fogo, garantindo a segurança dos ocupantes e a proteção das instalações. O SPCI deve ser capaz de detectar sinais de incêndio, incluindo fumaça, uso de extintores conforme o compartimento a ser considerado, utilizar a rede de hidrantes presente em todas as áreas designadas. Deverá permitir visualizar as rotas de fuga através da sinalização e iluminação de emergência.

3.6. Deve ser instalado um conjunto de sensores de detecção de incêndio em locais estratégicos para garantir uma cobertura completa do ambiente. Deve ser confiável e capaz de operar continuamente, mesmo em condições adversas.

3.7. Serão designados os extintores para compor o sistema de combate existente.

3.8. Solução integrada/Escopo Básico:

SDAI: Detectores ópticos, central com bateria 24h, sirenes 90 dB – Ciclo de vida: 10 anos;

Infraestrutura: Eletrodutos metálicos, cabos antichama – Ciclo de vida: 25 anos;

Projeto Executivo: Detalhamento técnico – Ciclo de vida:

1. Considerando as etapas:

- Concepção e Planejamento;
- Projeto e Desenvolvimento;
- Execução e implementação
- Teste e validação
- Conclusão e Entrega
- O ciclo é de 63 dias úteis

2. Considerando as etapas:

- Garantia on site: 12 (doze) meses a contar do Recebimento Definitivo (Conclusão e Entrega)

3. Sinalização: Placas fotoluminescentes (8h) – Ciclo de vida: 10 anos;

4. Extintores: CO2 (6 kg), ABC (6 kg), água (10 L) – Ciclo de vida: 15 anos;

5. Iluminação de Emergência: LED (2h 5 lux) – Ciclo de vida: 10 anos.

6. Demais exigências: Assistência Técnica em Garantia (on site) de 12 meses a contar do recebimento técnico do objeto, conforme definido no ETP e neste TR.

3.9. Descritivo da solução

Do SDAI (NBR 17420)

- A central do SDAI deverá ser montada no lado de fora dos arquivos técnicos, nas proximidades da guarita existente de modo a permitir a monitoração dos eventos e condições de segurança dos espaços 24 (vinte e quatro) horas por dia;
- Os sensores de fumaça foram previstos para cobrir todos os espaços e lacunas conforme exigência normativa dos dois espaços previstos, devendo ser montados sob a laje superior, conforme projeto básico (PB);
- A infraestrutura prevista: condutores variado conforme transição de tubulação rígida e flexível (entre as vigas e contornos), sob a laje superior. Está previsto condutor de duas vias (2#1,5mmZ), blindado, próprio para a finalidade, destinado a interligação dos sensores de fumaça e porção adicional para interligação dos acionadores manuais e sirenes/flashs;
- O PB considerou o esquema de ligação dos dispositivos em laço Classe “A”;
- As quantidades de acionadores manuais e sirenes audiovisuais, levou-se em conta a cobertura ou espaço físico de cada arquivo técnicos, bem como a facilidade de visualização e facilidade de acionamento;
- O circuito alimentador da Central será oriundo de um quadro elétrico existente, cabendo a instalação de um disjuntor monopolar de 10A.

Da Sinalização (NBR 13434)

- Conforme norma citada foram previstas placas fotoluminescentes destinadas a sinalização das rotas de fugas, dispositivos do SDAI e preventivos (extintores), serão de instalação de piso (Faixa de Demarcação) e vertical (placas), ambas fotoluminescentes;
- As placas do PB foram dimensionadas como referência, podendo ser fornecidas de dimensões diferentes, porém atendendo plenamente a finalidade de projeto e posicionadas de forma adequada a distância e fácil leitura, conforme normas aplicáveis e com vistas a futuro AVCB.

Da Iluminação de Emergência (NBR 10898/5410)

- Garantir a segurança dos ocupantes em situações de emergência, como falta de energia elétrica, permitindo a evacuação segura e orientada;
- Foram projetadas nas quantidades e locais de maneira a permitir junto com a sinalização a saída nos corredores indicados e de fácil verificação das condições operacionais;

- A infraestrutura prevista é semelhante ao do SDAI, porém os cabos utilizados são distintos por se tratar de instalação elétrica. O circuito previsto também será oriundo de um quadro elétrico existente, cabendo a instalação de um disjuntor monopolar de 10A para alimentação das luminárias do Espaço Novo e deverá interligar com o circuito elétrico existente no Espaço ou Arquivo existente.

Dos Extintores (NBR 12693)

- Foram previstos extintores nas quantidades e posicionados conforme necessidade e adequado a densidade de carga de incêndio prevista.
- Visíveis e acessíveis;
- Próximos às saídas e áreas de maior risco;
- Instalados em suportes ou fixados na parede, respeitando a altura de aproximadamente 1,60 m do chão. Neste projeto foram previstos suportes de piso.

Projeto Executivo

- Para execução do projeto executivo, a Contratante irá disponibilizar o projeto básico de engenharia (DWG – Autocad 2024);
- Obs.: O Contratado poderá solicitar cópia do PB em versão do Autocad anterior, desde que ajustado entre as partes.
- O projeto executivo (PE) deverá ser o detalhamento do PB fornecido, ajustando as melhores práticas e necessidades conforme exigência normativa vigente e adaptado aos dispositivos a serem fornecidos e instalados;
- Também o PE deverá permitir futuras inspeções do CBMDF e emissão do AVCB;
- Entende-se que deverá ser fornecido pelo menos 3 (três) ou mais pranchas A2, com escalas adequadas para caracterizar a representação gráfica;
- Deverá fornecer o Memorial Descritivo da solução em Word e PDF;
- Deverá fornecer as especificações técnicas em Word e PDF, inclusive o “DE-PARA”; Deverá fornecer os cálculos diversos, em caso de alteração em relação ao PB;
- Fornecer ART de projeto e de execução dos serviços de implantação do SPCI. O PE será submetido à aprovação do Contratante.

3.10. Especificações Técnicas dos Componentes da Solução.

3.10.1. A seguir, apresentam-se as especificações técnicas mínimas exigidas para os principais componentes que integram a solução de proteção contra incêndio (SPCI), conforme detalhado no escopo do item 3 deste documento. Estas especificações visam garantir a compatibilidade, desempenho e conformidade normativa dos equipamentos e serviços a serem fornecidos.

3.10.2. Indicação de marcas ou modelos

Central de Alarme de Incêndio

1. A central de alarme de incêndio deverá comportar no mínimo até 125 dispositivos em seu laço. Alimentação do tipo bivolt automático (100-240V), possibilidade de instalação em classe A ou B. Compatível com os dispositivos endereçáveis.
2. Admite-se menor quantidade de dispositivos por laço 50 (sirenes, sensores e acionadores), desde que o total de dispositivos gerenciados e alimentados seja igual ou superior a 100.
3. A bateria deverá ser incorporada à central;
4. Proteção contra surtos nos laços, na saída de sirene e na fonte de alimentação;
5. Temperatura de operação -10 a 60 °C; admite-se variação entre 0° C a 50°C;
6. Conexão com repetidoras: 2;
7. Interligação entre centrais: 8 centrais;
8. Tensão de operação: 24 Vdc;
9. Endereçamento: 1 laço com até 125 dispositivos ou conforme item 4.4.1.2;
10. Mecanismo de alarme: leitura do estado do dispositivo
11. Umidade < 95% (sem condensação)
12. Certificado NBR-7240
13. Referência de mercado: Intelbras CIE 1125 ou similar

14. Fornecimento e instalação, incluindo dispositivos de fixação.

Sensor ótico de fumaça endereçável

1. O sensor de fumaça deverá ser dotado de um emissor e um sensor de raios infravermelhos, projetado para disparar em caso de detecção de fumaça no ambiente, com LED indicador de alarme/supervisão, baixo consumo de corrente. Quando acionado, o detector envia uma mensagem automática à central de alarme de incêndio, indicando o ponto exato do ocorrido através do seu endereço definido na Central.
2. Tensão de operação 20 a 30 Vdc
3. Corrente em supervisão < 0,4 mA
4. Corrente em alarme < 2 mA
5. Classe/sensibilidade/atuação 0.14 a 0.23 dB/m
6. Tipo Óptico infravermelho
7. Saída auxiliar LED 1 kfi ao negativo, máx. 30 mA
8. Indicador visual LED (vermelho) Supervisão: pisca a cada 2 segundos
9. Alarme: sempre aceso
10. Instalação 2 fios laço (sem polaridade)
11. Classe de instalação A ou B
12. Faixa de endereços 1 a 250 ou conforme formatação da Central na condição descrita no item 4.5.2;
13. Temperatura de operação -10 a 50 °C; admite-se variação entre 0° C a 50°C;
14. Umidade relativa < 95% (não condensada)
15. Material ABS com proteção UV
16. Referência de mercado: Intelbras DFE 521 ou similar
17. Fornecimento e instalação, incluindo dispositivos de fixação

Sirene audiovisual

1. Do tipo endereçável, para alarme de incêndio;
2. Quando acionado, o detector envia uma mensagem automática à central de alarme de incêndio, indicando o ponto exato do ocorrido através do seu endereço definido na Central.
3. Tensão de operação 20 a 30 Vdc
4. Corrente em repouso laço < 0,4 mA
5. Corrente em alarme laço < 2 mA
6. Corrente em repouso 24 V < 3 mA
7. Corrente em alarme 24 V 50 mA @ 24 V
8. Pressão sonora 90 dB/m
9. Sinalização visual (flash) com LEDs brancos de alto brilho
10. 90 flashes por minuto
11. Indicador visual LED (vermelho) Repouso: pisca a cada 2 segundos
12. Alarme: sempre aceso
13. Ligação/instalação 4 fios, 2 fios laços + 2 fios alimentação 24 V (todos sem polaridade)
14. Temperatura de operação -10 a 50 °C; admite-se variação entre 0° C a 50°C;
15. Umidade relativa < 95% (não condensada)
16. Cor Vermelho
17. Material ABS + UV
18. Classe de instalação A ou B
19. Referência de mercado: Intelbras SAV 520E ou similar
20. Fornecimento e instalação, incluindo dispositivos de fixação

Acionador manual (botoeira)

1. Do tipo "aperte aqui", para acionamento do alarme de incêndio – endereçável
2. Tensão operacional 24 Vdc
3. Limite operacional de tensão 11 a 28 Vdc
4. Corrente em supervisão 3 a 4 mA
5. Corrente em alarme 5 a 7 mA
6. Tipo Rearmável Classe de instalação A ou B
7. Instalação 2 fios do laço, com polaridade
8. Faixa de endereços 1 a 250

9. Saída de contato seco Máx. 0,1 A @ 30 V
10. Temperatura de operação -10 a 50 °C
11. Umidade relativa < 95% não condensada
12. Instalação em ambientes Internos
13. Sirene Não
14. Cor Vermelho
15. Material ABS com proteção UV
16. Referência de mercado: Intelbras AME 521 ou similar
17. Fornecimento e instalação, incluindo dispositivos de fixação

Treinamento SDAI

1. O treinamento destina-se a apresentar em linhas gerais a execução do projeto executivo implantado;
2. Objetivo Geral
 - Operar o SDAI em condições normais de monitoramento Diagnosticar e reportar falhas no sistema
 - Responder de forma segura e eficiente a alarmes de incêndio
2. Público-Alvo
 - Servidores designados para operação e fiscalização do SDAI Brigadistas e/ou equipe de segurança da Imprensa Nacional
3. Duração Mínima
 - Total: 4 horas (divididas em teoria e prática) Condições Normais: 1 hora
 - Falhas: 2 horas
 - Alarmes: 1 hora
5. Conteúdo:
 - Componentes (central, detectores, sirenes, acionadores) Funcionamento básico da central (endereçável)
 - Interface do painel (LEDs ou LCD, botões de silêncio/reset)
 - Checagem de indicadores de energia e status (luz verde, bateria OK) Teste de supervisão (confirmação de conexão com dispositivos)
6. Metodologia:
 - Aula expositiva com slides ou manual do fabricante
 - Demonstração prática na central instalada (ex.: simulação de teste de status)
7. Falhas (Diagnóstico e Resposta)
 - Falha de energia (bateria baixa ou falta de rede elétrica)
 - Falha de comunicação (dispositivo desconectado ou curto-circuito) Falha de supervisão (sirene ou detector inoperante)
8. Identificação:
 - Sinais visuais/sonoros na central Leitura de códigos de erro
9. Ações:
 - Silenciar alarmes de falha (botão específico).
 - Reportar à manutenção (contato da contratada ou equipe interna). Verificação básica (ex.: inspecionar fusíveis ou conexões visíveis)
10. Normas:
 - Procedimentos conforme NBR 17240, seção 6 (manutenção e testes)

11. Metodologia:

- Teoria com exemplos reais (ex.: falha simulada em detector)
- Prática com simulação de falhas (desconectar dispositivo, testar bateria)

12. Alarmes (Resposta a Emergências)

a. Reconhecimento do Alarme:

- Sinal sonoro (sirene ≥ 90 dB) e visual (LED vermelho)
- Identificação do dispositivo (endereçável)

b. Procedimentos:

- Acionar brigada de incêndio ou Bombeiros (telefone de emergência). Evacuação seguindo sinalização fotoluminescente (NBR 13434).
- Uso de extintores (tipos e operação básica, NBR 12693).
- Desligar energia (se seguro) e verificar iluminação de emergência (NBR 10898).

c. Silenciamento/Reset:

- Silenciar sirene após confirmação de segurança (botão na central). Resetar sistema após vistoria (senha ou chave, se aplicável).

d. Simulação:

- Cenário com ativação manual (acionador) e detecção automática (fumaça).

Infraestrutura

1. Estão previstos no escopo a utilização de condutores metálicos de diversas opções. Foram dimensionados para saídas de diâmetro $\varnothing \frac{3}{4}$ " ou 20mm;
2. Eletrodutos metálicos (aço galvanizado) com diâmetro $\varnothing \frac{3}{4}$ " ou 20mm;
3. Eletrodutos flexíveis metálicos, diâmetro $\varnothing \frac{3}{4}$ " ou 20mm;
4. Box retos e curvo, diâmetro $\varnothing \frac{3}{4}$ " ou 20mm;
5. Abraçadeiras metálicas do tipo "D", com parafuso e bucha para fixação de eletrodutos em laje, coluna e paredes;
6. O disjuntor monopolar, curva C, deve possuir corrente nominal de 10A, tensão 220V AC, capacidade de interrupção mínima de 6 kA, montagem em trilho DIN 35 mm, e certificação INMETRO (NBR NM 60898). Será utilizado para proteger o circuito da central SDAI e circuito de iluminação de emergência, suportando picos de até 100A (curva C), com vida útil de 10.000 manobras mecânicas e operação em temperaturas de 0°C a 40°C;
7. Conector Modular Plug Fêmea 2P + T: 10A, 250V AC, 60 Hz, (NBR 14136), fixação por pressão ou parafusos para cabo flexível, corpo em termoplástico antichama, contatos de latão ou cobre, operação de -5°C a +40°C, umidade até 95%, certificação INMETRO.
8. Plugue com 2P + T de 10A, 250V: (NBR 14136), terminais parafusados ou pressão para cabos até 2,5 mmZ, corpo em termoplástico antichama, pinos de latão ou cobre, operação de -5°C a +40°C, umidade até 95%, certificação INMETRO.
9. O cabo blindado 2x1,5mmZ (600V) para alimentação de sistemas de detecção e alarme de incêndio. Com alta durabilidade, qualidade e segurança, formado por fios de cobre eletrolítico nu, tempera mole, com encordoamento classe 4 ou 5, isolados em PVC (composto polivinílico) especial para temperaturas em regime de até 105°C. Os fios são torcidos paralelamente e enfaixados com fita separadora de poliéster aplicada helicoidalmente, blindagem com fita de poliéster aluminizada aplicada helicoidalmente, condutor dreno de cobre estanhado com 0,50 mmZ e cobertura externa em PVC especial classe 105°C não propagante a chama na cor vermelha.
10. Cabo PP 3 Condutores 450/750V 1,50mmZ: Cabo flexível 3 condutores (fase, neutro, terra), 1,5 mmZ cada, 450/750V, cobre encordoado classe 5, isolamento PVC antichama 70°C (cores: preto, azul, verde), capa externa PVC, diâmetro ~7,5 mm, curvatura mínima 6x diâmetro, operação de -5°C a +70°C, certificação INMETRO (NBR 13249).

11. Cabo de Cobre Flexível Isolado, 1,5 mmZ, antichama 450/750 V: cobre nu encordado classe 5, isolamento em PVC antichama 70°C (cor a especificar, ex.: preto ou azul), diâmetro externo ~3,0 mm, curvatura mínima 6x diâmetro, operação de -5°C a +70°C, umidade até 95%, certificação INMETRO (NBR 13249).
12. Ferragens Diversas (Tirante, Porcas, Arruelas, Chumbadores, Cantoneiras): Conjunto de ferragens para fixação de tubulações e dispositivos SDAI, incluindo tirante roscado em aço carbono (diâmetro mínimo 6 mm, resistência à tração 400 MPa), porcas e arruelas sextavadas em aço galvanizado (compatíveis com tirante, norma NBR 6374), chumbadores de expansão ou químicos em aço (M6 a M10, capacidade mínima 500 kgf em concreto), e cantoneiras em aço galvanizado (dimensões mínimas 30 x 30 x 3 mm, furação para fixação), todos com acabamento anticorrosivo, operação em temperaturas de -5°C a +50°C, conformidade com NBR 8800 (estruturas metálicas). Estão incluídos no escopo o fornecimento de todos os dispositivos de fixação necessários a solução SPCI.

Sinalização

1. Placas Fotoluminescentes: Placas sinalizadoras fotoluminescentes conforme NBR 13434, autonomia mínima de 8 horas (luminância inicial 20 mcd/mZ após 10 min), fabricadas em materiais recicláveis ou de baixa toxicidade (ex.: PVC reciclado ou alumínio com pigmentos ecológicos), dimensões conforme projeto (ex.: 20 x 10 cm para saída), resistência à umidade e temperatura de 0°C a 50°C, fixação por adesivo ou parafusos.
2. Placas Fotoluminescentes: Placas fotoluminescentes em PVC antichama, espessura mínima 2 mm, autonomia mínima de 8 horas (NBR 13434), indicativas de rotas de fuga, saídas de emergência, alarmes sonoros ou equipamentos de incêndio, com símbolos, cores e pictogramas conforme norma, luminância inicial 20 mcd/mZ após 10 min, fixação por adesivo ou parafusos, operação de 0°C a 50°C.
3. Sinalização Faixa de Demarcação, 1,0 x 1,0 x 0,10 m, Caixa de Incêndio: Faixa fotoluminescente de demarcação, 1,0 x 1,0 x 0,10 m (100 x 100 x 10 cm), em PVC antichama ou material similar, indicativa de caixa de incêndio (NBR 13434), autonomia mínima de 8 horas, luminância inicial 20 mcd/mZ após 10 min, aplicação adesiva ou fixada, operação de 0°C a 50°C.

Iluminação de Emergência

1. Luminárias LED conforme NBR 10898, autonomia mínima de 2 horas (bateria selada 12V), iluminância mínima de 5 lux a 1m do chão, consumo reduzido (ex.: 5W), corpo em termoplástico antichama, difusor translúcido, temperatura de operação de 0°C a 40°C, fixação em parede ou teto, certificação INMETRO.

Extintores

1. Extintores adequados aos riscos (classes A, B, C per NBR 12693), incluindo tipo AP (água pressurizada) com capacidade mínima 10 litros (2-A), certificação inicial INMETRO, corpo em aço carbono com revestimento anticorrosivo (pintura epóxi), agente extintor livre de substâncias nocivas (ex.: água potável, sem halogênios, ou pó ABC em outros modelos), pressão de operação 10-15 bar, operação de -5°C a +50°C, suporte de fixação metálico.

Projeto executivo de engenharia:

1. Correspondente ao detalhamento e ajustes em relação ao projeto básico fornecido no certame, com vistas a obtenção futura do AVCB do CBMDF. Deverá apresentar os seguintes produtos:
 - a. Elétrico: diagramas unifilares, esquemas de quadros elétricos, dimensionamento de disjuntores, cabos, eletrodutos e cargas, com memorial descritivo, especificação de materiais (NBR 5410), aterramento, em conformidade com normas do CREA e Corpo de Bombeiros. Detalhes de instalação dos dispositivos, rede elétrica, etc.
 - b. SDAI: diagramas, esquemas, dimensionamento de cabos, eletrodutos, com memorial descritivo, especificação de materiais (NBR 5410), aterramento, relacionamentos com a central, detectores de fumaça, sirenes audiovisuais, acionadores manuais, infraestrutura de cabos e eletrodutos, operação de 0°C a 50°C, certificação INMETRO (NBR 17240) e Corpo de Bombeiros. Detalhes de instalação dos dispositivos, rede elétrica, etc.
 - c. Sinalização: ajustes na localização, detalhamento das placas, Placas fotoluminescentes e faixa de demarcação. Memorial descritivo, especificação de materiais (NBR 13434). Detalhes de instalação.
 - d. Representação gráfica em AutoCAD (DWG acima da versão igual ou superior a 2022) em escalas adequadas, inclusive em PDF;
 - e. Especificações Técnicas e Memoriais em Word e PDF
 - f. Catálogos e manuais em PDF (SDAI);

- g. Uma cópia assinada do projeto completo em mídia papel;
- h. ART assinada e registrada no CREA.

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade:

4.1. Os requisitos se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis 2024, critérios que se aplicam ao objeto contratado em relação a acondicionamento e descarte.

4.2. Critérios e práticas de sustentabilidade a serem incluídos dentre as especificações técnicas do objeto em atendimento às normas constantes na Instrução Normativa n.º 05/2017/SLTI/MPOG e na Instrução Normativa n.º 01/2010/SLTI/MPOG, as licitantes deverão ofertar preferencialmente produtos que atendam os critérios de sustentabilidade ambiental do artigo 5º.

4.3. As proponentes deverão ainda observar e cumprir a legislação ambiental pertinente ao objeto da licitação, tanto no processo de extração das matérias-primas utilizadas, como na fabricação, utilização, transporte e descarte dos produtos e matérias-primas, inclusive quanto a observância do anexo I da Instrução Normativa (IBAMA) nº 06 de 15 de março de 2013 no caso de itens enquadrados como atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais, caso em que poderá ser solicitado certificado de sustentabilidade ambiental.

4.4. Embalagens recicladas, equipamentos eficientes (selo Procel), conforme IN nº 05/2017.

4.5. **Normas:** NBR 17240, NBR 9441, NBR 12693, NBR 13434, NBR 10898, NBR 5410, COSCIP/DF, NT-CBMDF (03, 10, 18, 21, 23, 41/2023).

4.6. **Treinamento:** 4h presencial, até 6 servidores/colaboradores, com apostila. Podendo ser divididos em duas etapas de 2h, para facilitar o comparecimento dos servidores ou colaboradores envolvidos.

4.7. Subcontratação

1. Permitida subcontratação dos itens relativos ao fornecimento e instalação da sinalização e extintores, isto é, subitens 1.4 e 1.5 da tabela do item 1.1 deste instrumento.
2. Vedada para parcelas relativas subitens 1.1, 1.2, 1.3 e 1.6 da tabela do item 1.1 deste instrumento.

4.8. Exclusividade para ME/EPP

1. Com fundamento no art. 5º da IN SEGES/ME nº 67/2021 e no art. 4º, §1º do Decreto nº 8.538/2015, o procedimento será exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP), promovendo o tratamento favorecido e simplificado previsto na legislação.

4.9. Margem de Preferência

- Não aplicável, por não se enquadrar nas hipóteses do art. 26 da Lei 14.133/2021.

4.10. Projeto Básico de Engenharia

- Cabe o Contratante a apresentação do projeto básico de engenharia (PB) como referência para dimensionamento da proposta e detalhamento/ajuste para execução do projeto executivo.
- O PB é constituído de 4 (quatro) documentos:
 - Projeto completo elaborado em Autocad 2024 (dwg)
 - Projeto de SDAI, Iluminação de Emergência e Rotas de Fuga em PDF
 - Projeto de Sinalização do SPCI 1 / 2 em PDF – (Arquivo Existente)
 - Projeto de Sinalização do SPCI 2 / 2 em PDF – (Arquivo Novo)

4.11. Vistoria Prévia

1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 10 horas às 16 horas.
2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.
3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
4. Caso o interessado **opte por não realizar a vistoria**, deverá prestar declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, no ato do encaminhamento da proposta.
5. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. Modelo de execução do objeto

5.1 Condições de Entrega

5.1.1. Abaixo é o cronograma físico-financeiro a ser adaptado a proposta vencedora do certame.

Cronograma Físico e Financeiro em dias úteis									
Item	Subitem	Descrição	D+15	D+30 dias	D+44 dias	D+52 dias	D+60 dias	D+65 dias	Valor estimado do item
1	1.1	SDAI			100%				R\$ 10.593,09
	1.2	Infraestrutura SDAI		100%					R\$ 20.857,32
	1.3	Projeto Executivo	100%						R\$ 7.089,08
	1.4	Sinalização			100%				R\$ 2.733,37
	1.5	Extintores			100%				R\$ 5.356,51
	1.6	Iluminação De Emergência			100%				R\$ 8.634,55
	1.7	Recebimento Do Provisório Do Objeto				100%			

	1.8	Recebimento Definitivo Do Objeto					100%		
	1.9	Pagamento						100%	
Valor total									R\$ 55.263,92

D = Data da emissão da Ordem de Serviço

5.1.2. O cronograma físico financeiro é referencial, podendo a Contratada apresentar um cronograma alternativo, desde que não haja alteração dos itens de 1.7 a 1.9. Cabendo a análise e aprovação da Fiscalização.

5.1.3. Subitens de 1.1 a 1.6 tratam da execução do objeto. Subitens de 1.7 a 1.9 tratam do Recebimento e Pagamento.

5.1.4. Prazo total: Execução + Recebimento + Pagamento: 63 (sessenta e três) dias úteis

5.1.5. Para esclarecimentos adicionais, vide item 8 deste TR.

5.2 **Local:** Imprensa Nacional, Brasília/DF. Arquivos Técnicos da CGDOC.

5.3. **Garantia, Manutenção e Assistência Técnica**

5.3.1. Garantia de 12 meses após entrega definitiva ou Recebimento Definitivo do Objeto;

5.3.1. Não faz parte do escopo a manutenção preventiva e/corretiva, porém a garantia *on site*/assistência técnica vinculada;

5.3.3. Assistência técnica inclusa (reparos/substituições) em função da garantia acima;

5.3.4. A empresa deverá apresentar um número e e-mail para abertura de chamado técnico em função de quaisquer defeitos apresentados decorrentes da implantação do escopo contratual.

5.2.5. Os chamados (tíquetes) deverão ser realizados em horário comercial e assim como reparo devido. A contratada deverá se responsabilizar pelo conserto de componente, dispositivo ou infraestrutura em até 72h, a contar do 1º dia útil após a notificação da Contratante.

5.3.6. Os custos decorrentes do chamado de reparo deverão estar inclusos em cada item contratado.

5.3.7. A não execução ou da prestação da garantia de forma inadequada, a Contratada estará sujeita às aplicações das sanções contratuais.

5.3.8. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.3.9. A garantia abrange a realização do reparo dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.3.10. Entende-se por assistência técnica aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.3.11. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.3.12. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada, quando o reparo in loco não surtir o efeito desejado (item 5.3.4 supra).

5.3.13. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

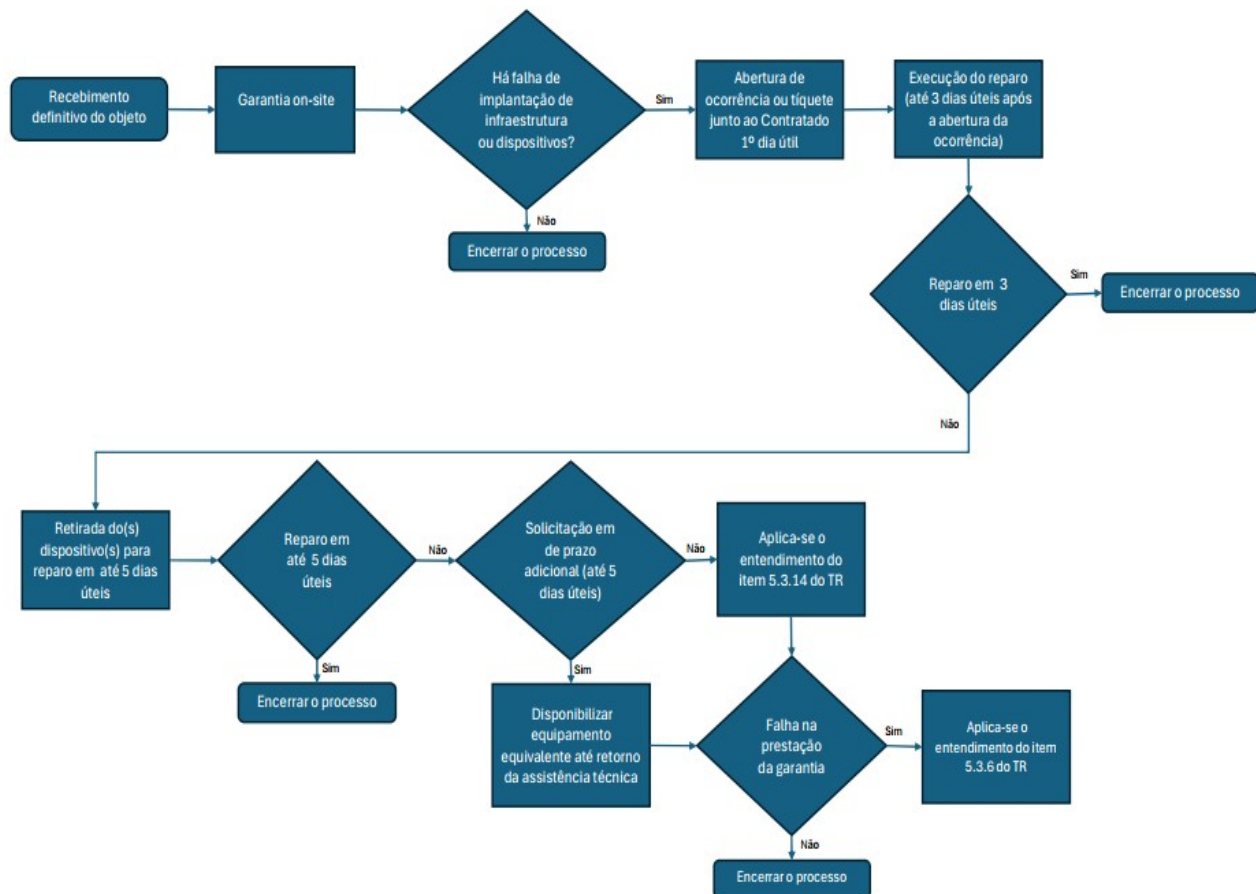
5.3.14. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo

Contratante, de modo a garantir a continuidade segura dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.3.15. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.3.16. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.3.17. Em suma, segue o fluxo da prestação de garantia *on site*:



6. Modelo de gestão do contrato

6.1 Disposições Gerais

- O instrumento substitutivo ao contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

- Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do instrumento substitutivo ao contrato , o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- Após a assinatura do instrumento substitutivo ao contrato, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.2 Fiscalização

- A execução do instrumento substitutivo ao contrato deverá ser acompanhada pela COGEA/CGLPE /DGC/SE/CGU por meio do fiscal do contrato ou de seu substituto.

6.3 Fiscalização Técnica

- O fiscal técnico do instrumento substitutivo ao contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no instrumento substitutivo ao contrato , de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- O fiscal técnico do instrumento substitutivo ao contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do instrumento substitutivo ao contrato , com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do instrumento substitutivo ao contrato emitirá notificações para a correção da execução do instrumento substitutivo ao contrato, determinando prazo para a correção.
- O fiscal técnico do instrumento substitutivo ao contrato informará ao gestor do instrumento substitutivo ao contrato , em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do instrumento substitutivo ao contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do instrumento substitutivo ao contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do instrumento substitutivo ao contrato .
- O fiscal técnico do instrumento substitutivo ao contrato comunicará ao gestor do instrumento substitutivo ao contrato, em tempo hábil, o término do instrumento substitutivo ao contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.5 Gestor do instrumento substitutivo ao contrato

- Cabe ao gestor do instrumento substitutivo ao contrato:
 1. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do instrumento substitutivo ao contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do instrumento substitutivo ao contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do instrumento substitutivo ao contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do instrumento substitutivo ao contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do instrumento substitutivo ao contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
4. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
5. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
6. Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
7. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

Critérios de Medição e de Pagamento

7.1 Recebimento

7.1.1 Os bens/serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.1.1.1. O pagamento poderá ser realizado de forma parcelada, conforme a conclusão e o recebimento das etapas previstas no cronograma físico (item 5.1.1), vedado o pagamento antecipado, nos termos do item 7.5.1.

7.1.2 Os bens/serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 8 (oito) dias úteis, de acordo com o cronograma apresentado no item 5.1 acima citado, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.1.3 O recebimento definitivo, dará ensejo a emissão da nota fiscal, ocorrerá no prazo de até 8 (oito) dias úteis, a contar do **recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente** pela Administração, **após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.**

7.1.4 Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

7.1.5 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.1.6 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.1.7 O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.1.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade técnico-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.1.9 As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

7.2 Liquidação

7.2.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.2.3 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.4 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

1. O prazo de validade;
2. A data da emissão;
3. Os dados do instrumento substitutivo ao contrato e do órgão contratante;
4. O período respectivo de execução do instrumento substitutivo ao contrato;
5. O valor a pagar; e
6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.2.5 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

7.2.6 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.7 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

1. Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
2. Identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.2.8 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.2.9 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.2.10 Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.2.11 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do instrumento substitutivo ao contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.3 Prazo de pagamento

7.3.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.3.2 O prazo que trata o item anterior será reduzido à metade, de acordo com o previsto no § 2º, art. 7º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, excepcionalmente, por igual período, conforme o §3º, art. 7º da mesma Instrução Normativa.

7.3.3 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do **Índice Nacional da Construção Civil (INCC) de correção monetária**.

7.3.4 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o fornecedor não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela Contratante, entre a data prevista para o pagamento e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, terá a aplicação da seguinte fórmula:

EM = Encargos Moratórios

VP = Valor da parcela a ser paga

ICM = Índice de correção monetária: IPCA

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

I = Juros de mora de 6% a.a ou 0,01644% a.d, assim apurado:

$I = (TX) \quad I = (6/100/365) \quad I = 0,0001644$

7.4 Forma de pagamento

7.4.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.4.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.4.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.4.4 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.4.5 O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.5 Antecipação de pagamento

7.5.1 A presente contratação **não permite a antecipação** de pagamento, tão somente pagamento em duas parcelas conforme cronograma físico-financeiro sugerido. Vide item 5.1.

7.6 Cessão de crédito

7.6.1 É admitida a realização de operações de crédito por meio do Portal AntecipaGov, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 82, de 21 de Fevereiro de 2025 e em seu Anexo..

7.6.2 As operações de crédito de que trata o item 7.6.1 somente poderão ser realizadas por meio do Portal AntecipaGov, sendo vedada a utilização de outros meios não previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 82, de 21 de Fevereiro de 2025.

7.6.3 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL- 01, de 18 de maio de 2020.

7.6.4 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os instrumento substitutivo ao contrato administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.6.5 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.7 Reajuste

7.7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 10/04/25.

7.7.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional da Construção Civil (INCC), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.7.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.7.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.7.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

8. Forma e critérios de seleção e regime

8.1 Forma de Seleção e Critério de Julgamento da Proposta

- O fornecedor será selecionado por meio de contratação direta com fundamento no art. 75, inciso I, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.
- Considerando o objeto do presente certame, por se tratar de serviço de engenharia, considerando o custo total previsto no item 10.1 deste TR, instrumento, a contratação será feita através de dispensa de licitação, nos termos do pelo Decreto nº 12.343/2024, para contratação de pessoas jurídicas especializadas em sistema de detecção, alarme, prevenção e combate a incêndio, nos termos do escopo deste processo licitatório.
- A contratação será destinada a pessoas jurídicas especializadas na execução de sistemas de proteção contra incêndio, conforme especificações técnicas e condições estabelecidas neste instrumento.
- Considerando que o valor estimado da contratação é inferior ao limite estabelecido no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021 e que o objeto é compatível com a atuação de microempresas e empresas de pequeno porte, o procedimento será exclusivo para ME/EPP, nos termos do art. 4º do Decreto nº 8.538/2015 e do art. 5º da IN SEGES/ME nº 67/2021.

8.2 Forma de fornecimento

- O fornecimento/implantação do objeto será integral.

8.3 Exigências de habilitação

- Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

8.4 Habilitação jurídica

- Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

- Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.5 Habilitação fiscal, social e trabalhista

- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.6 Qualificação Econômico-Financeira

- Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando, para cada exercício, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).
- Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

- As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

8.7 Qualificação Técnica

- Capacidade técnico-profissional

1. Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitida pelo CREA da região pertinente em nome do Responsável Técnico devidamente registrado no CREA, com habilitação em Engenharia Mecânica ou Engenharia Civil, conforme estabelecido na Resolução CONFEA nº 218, de 1973, e que contemple Anotação de Responsabilidade Técnica – ART relativa à execução de serviços de característica semelhantes aos deste Termo de Referência, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto.
2. Considerando o objeto da licitação, a parcela de maior relevância técnica e valor significativo constitui-se a fornecimento e instalação de SDAI e infraestrutura compatível.
3. São considerados serviços de características semelhantes, a responsabilidade técnica por serviços de fornecimento e instalação de SDAI e infraestrutura compatível, capacidade total de no mínimo 1 (uma) central de pelo menos 1 (um) laço e de ≥ 8 (oito) dispositivos endereçáveis;
4. A comprovação do vínculo do Responsável Técnico deverá ser feita por meio de cópias das Carteiras de Trabalho ou fichas de Registro de Empregado que comprove a condição de que pertence ao quadro da CONTRATADA, ou contrato/estatuto social que demonstre a condição de sócio profissional, ou por meio de contrato de prestação de serviços, sem vínculo trabalhista e regido pela legislação civil comum, ou, ainda, da Declaração de Compromisso de Contratação Futura do profissional, acompanhada da anuência desse.
5. No caso de Compromisso de Contratação Futura, será exigido, no ato da assinatura do Instrumento substitutivo ao contrato, a comprovação da efetivação do vínculo profissional, bem como o comprovante de registro e anotação, junto ao CREA-DF, do profissional como Responsável Técnico da empresa.
6. O profissional indicado pelo CONTRATADO para fins de comprovação de capacitação técnico-profissional deverá participar efetivamente da execução dos serviços objeto da Licitação, admitindo-se substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pelo CONTRATANTE, conforme determina, em seu art. 67, §6º, a Lei nº 14.133, de 2021. Considera-se profissional com experiência equivalente ou superior o profissional que detiver as qualificações exigidas no item 8.6.1.1.
7. No caso de o profissional não ser registrado no CREA do Distrito Federal, deverá ser providenciado o respectivo visto desse órgão, por ocasião da assinatura do Instrumento substitutivo ao contrato.

- Capacidade técnico-operacional

1. Registro ou a inscrição da Licitante na entidade profissional competente (CREA), em plena validade, comprovando estar apta ao desempenho das atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da presente Licitação, conforme art. 59 da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966.
2. No caso de a Licitante não ser registrada ou inscrita no CREA do Distrito Federal, deverá ser providenciado o respectivo visto desse órgão regional por ocasião da assinatura do Instrumento substitutivo ao contrato.
3. No mínimo, 1 (um) Atestado (declaração) de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que faça explícita menção à Licitante como executora dos serviços, comprovando a sua aptidão na prestação de serviços pertinentes e compatíveis, em características – quantidades e prazos – com o objeto deste Termo de Referência, contemplando, ao menos, os seguintes dados:

4. Que comprove que a Licitante tenha prestado, de forma satisfatória, serviços fornecimento e instalação de SDAI e infraestrutura compatível, capacidade total de no mínimo 1 (uma) central de pelo menos 1 (um) laço e de ≥ 8 (oito) dispositivos endereçáveis.
5. A Licitante, caso a área técnica entenda necessário, deverá disponibilizar todas as informações essenciais à comprovação da legitimidade dos atestados (declarações), à ratificação das informações neles inseridas ou do efetivo atendimento aos requisitos técnicos exigidos, apresentando, dentre outros documentos, cópia do Instrumento substitutivo ao contrato que deu suporte à contratação, e os respectivos Termos Aditivos, Notas Fiscais/Faturas, Notas de Empenho, endereço atual da CONTRATANTE e local em que foram prestados os serviços, sendo que estas e outras informações complementares poderão ser requeridas mediante diligência.

8.8 Disposições gerais sobre habilitação

- Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do Instrumento substitutivo ao contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9. Estimativas do valor da contratação

Valor (R\$): 55.263,92

9.1 O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$ 55.263,92** (cinquenta e cinco mil, duzentos e sessenta e três reais e noventa e dois centavos), incluindo BDI (22,8211%), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima;

ITEM	SUBITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	CATSER /CATMAT	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
	1.1	SDAI	14826	cj	1	R\$ 10.593,09	R\$ 10.593,09
	1.2	Infraestrutura SDAI	14826	cj	1	R\$ 20.857,32	R\$ 20.857,32

1	1.3	Projeto Executivo	264	cj	1	R\$ 7.089,08	R\$ 7.089,08
	1.4	Sinalização	17418	cj	1	R\$ 2.733,37	R\$ 2.733,37
	1.5	Extintores	3662	cj	1	R\$ 5.356,51	R\$ 5.356,51
	1.6	Iluminação de Emergência	1538	cj	1	8.634,55	8.634,55

Total sem BDI **45.232,91**

Total do BDI **10.031,01**

Total Geral **55.263,92**

- Vide item 1.7 deste TR.

9.2 A estimativa acima foi revisada em relação à estimativa do ETP, em função da atualização dos bancos de preços e revisão do projeto básico de engenharia. O detalhamento de cada item acima encontra-se no orçamento estimativo do projeto básico de engenharia anexo ao Termo de Referência em questão.

9.3 O BDI é uma referência, com base no ACÓRDÃO Nº 2622/2013 – TCU – Plenário. Caberá a Licitante apresentar o seu, junto com sua proposta comercial.

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I. Gestão/Unidade: 370003/00001;
- II. Fonte de Recursos: 1000000000;
- III. Programa de Trabalho: 04.124.4104.2D58.0001;
- IV. Elemento de Despesa: 449051 - obras e instalações;
- V. Plano Interno: 20.03.00 - Programa Infraestrutura de Bens Móveis e Imóveis - Sede";

10.3. Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Infrações e Sanções Administrativas

11. Infrações e Sanções Administrativas

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. Der causa à inexecução parcial do instrumento substitutivo ao contrato;
- b. Der causa à inexecução parcial do instrumento substitutivo ao contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. Der causa à inexecução total do instrumento substitutivo ao contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do instrumento substitutivo ao contrato;
- f. Praticar ato fraudulento na execução do instrumento substitutivo ao contrato;
- g. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2 Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do instrumento substitutivo ao contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
4. Multa:

- Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (meio ponto percentual) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.
- Compensatória, para a inexecução total do instrumento substitutivo ao contrato prevista acima na alínea “c”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.
- Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.
- Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.
- Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 1% (um por cento) a 3% (três por cento) do valor da contratação;

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

11.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

11.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.7. Multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.8 Aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

- Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
- Na aplicação das sanções serão considerados:

11.9. A natureza e a gravidade da infração cometida;

- As peculiaridades do caso concreto;
- As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- Os danos que dela provierem para o Contratante; e
- A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

11.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

11.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

11.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Ato de Designação (SEI nº 3439061)

ROGER RODRIGUES FELIX

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 17/06/2025 às 11:33:18.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ETP370003_000012_2025 Publicado.pdf (157.51 KB)
- Anexo II - Modelo_Declaracao_de_Vistoria.docx (44.59 KB)
- Anexo III - Projeto Basico SPCI.zip (3.61 MB)
- Anexo IV - IMPLANTACAO SDAI E INFRAESTRUT - Orcamento Sintetico 140525.xlsx (54.64 KB)
- Anexo V - IMPLANTACAO SDAI E INFRAESTRUT (SPCI) - Orcamento Modelo Licitante.xlsx (53.54 KB)
- Anexo VI - BDI SDAI F 140525.xlsx (22.3 KB)
- Anexo VII - Anexo I.docx (30.72 KB)